

**O GREGÓRIO DE ALFREDO BOSI:  
O MATERIALISMO-HISTÓRICO-DIALÉTICO NO TEXTO  
*DO ANTIGO ESTADO À MÁQUINA MERCANTE***

**Jildonei Lazzaretti**

Mestrando em Estudos Literários, Programa de Pós-Graduação em Letras da  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

**RESUMO:** Este artigo consiste em uma análise crítica do texto *Do Antigo Estado à Máquina Mercante*, em que Alfredo Bosi analisa a produção poética atribuída a Gregório de Mattos e Guerra. Esta análise busca problematizar o fato de que Bosi, em seu texto, toma como ponto de partida o materialismo-histórico-dialético, cujas categorias conceituais surgem no contexto século XIX, aplicando tal perspectiva à visão de mundo do século XVII, que era substancialmente distinta. Para desenvolver tal crítica, o presente texto considera como referencial a ideia de Northrop Frye (1973) sobre a necessidade de se tomar o texto literário como ponto de partida que fornece a sugestão de uma teoria de análise; bem como a proposta de João Adolfo Hansen (1989, 2006) de se fazer um “trabalho arqueológico” que compreenda as circunstâncias nas quais os textos foram produzidos, identificando seus instrumentais teóricos mais adequados, e evitando, assim, anacronismos conceituais. A análise em questão indica que Alfredo Bosi considerou os textos atribuídos a Gregório de Matos apenas naquilo que lhe era conveniente para justificar a aplicação de sua perspectiva ideológica e de suas categorias conceituais. Deste modo, os textos literários não foram considerados como objeto de análise, mas instrumentalizados para legitimar uma releitura materialista da história, marcada por constantes conflitos nos mais diversos âmbitos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura. Crítica literária. Gregório de Matos.

**ABSTRACT:** This article is a critical analysis of the text *Do Antigo Estado à Máquina Mercante*, in which Alfredo Bosi analyzes the poetic production attributed to Gregório de Mattos e Guerra. This analysis seeks to problematize the fact that Bosi, in his text, takes as its starting point the materialism-historical-dialectic, whose conceptual categories arise in the context of the nineteenth century, applying such perspective to the worldview of the seventeenth century, which was substantially different. In order to develop such critique, the present text considers as referential the idea of Northrop Frye (1973) on the need to take the literary text as a starting point that provides the suggestion of a theory of analysis; as well as the proposal of João Adolfo Hansen (1989, 2006) to do an "archaeological work" that understands the circumstances in which the texts were produced, identifying their most appropriate theoretical instruments, and avoiding conceptual anachronisms. The analysis in question indicates that Alfredo Bosi considered the texts attributed to Gregório de Matos only in what was convenient to him to justify the application of his ideological perspective and its conceptual categories. Therefore, the literary texts were not considered as objects of analysis, but instrumentalized to legitimize a materialistic re-reading of history, characterized by constant conflicts in the most diverse dimensions.

**KEY WORDS:** Literature. Literature critics. Gregório de Matos.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A análise de textos literários necessariamente deve levar em consideração o contexto histórico, social e ideológico no qual o texto foi escrito. Do contrário, tem-se apenas uma instrumentalização do texto literário ou de seu autor, a fim de identificá-los ou reduzi-los a determinados estereótipos ideológicos. Tal instrumentalização gera análises anacrônicas, nas quais se percebe nitidamente a tentativa de “provar” a existência de determinados conceitos ou ideias em épocas cujo contexto histórico e cultural não permitia seu desenvolvimento. Ou seja, em tais análises não se busca desenvolver uma investigação intelectual, mas apenas aplicar uma posição ideológica já definida a determinado objeto de estudo.

Na literatura de língua portuguesa, essa falta de contextualização é muito recorrente na análise de textos do século XVI, XVII e XVIII. Tais textos, juntamente com seus autores, muitas vezes são apresentados sob perspectivas contemporâneas, fora de seus contextos de produção. Por trás dessas posturas, está o pressuposto de que a “sucessão temporal” seja sinônimo de “evolução histórica”, e que, portanto, o presente é o critério e o referencial para o passado. Já o passado, por sua vez, teria apenas o direito de ser mencionado e analisado, ficando a critério dos “evoluídos contemporâneos” definir como ocorreria isso.

Esse tipo de abordagem, de certa forma, pode ser encontrada no texto *Do Antigo Estado à Máquina Mercante*, em que Alfredo Bosi analisa a produção poética de Gregório de Mattos e Guerra reduzindo-a à perspectiva do materialismo-histórico-dialético. Apesar de trazer uma aparente “contextualização”, que se limita a uma descrição do contexto político e econômico, a análise de Bosi carece de precisão conceitual, à medida que implicitamente transfere ideias contemporâneas próprias do capitalismo e do marxismo para o contexto do Antigo Regime e do Mercantilismo, “moldando” Gregório de Matos e sua obra a partir desse viés.

Considerando esses supostos equívocos metodológicos – que aqui serão problematizados – a presente análise buscará olhar para o texto crítico de Alfredo Bosi, partindo de uma contextualização acerca da crítica e da historiografia literárias brasileiras, a fim de compreender, dentro de seu contexto, a abordagem do autor, e constatar as implicações de sua adesão substancial aos conceitos do materialismo-histórico-dialético como instrumental para a crítica literária.

## O CONTEXTO IDEOLÓGICO DA HISTORIOGRAFIA E DA CRÍTICA LITERÁRIA BRASILEIRA

Esse tópico não tem por objetivo esgotar a questão acerca da historiografia e da crítica literária desenvolvidas no Brasil, mas buscará expor uma visão panorâmica do assunto, ao menos no que é pertinente para situar em que contexto teórico se desenvolve a produção crítica de Alfredo Bosi.

A primeira grande obra da historiografia literária no país é a *História da literatura brasileira* (1888) de Silvio Romero (1851-1914), que se baseava na interpretação sociológica da literatura, ou seja, no esclarecimento dos fatores sociais que lhe deram origem. Essa tradição dos estudos literários representada pela obra de Silvio Romero exerceu imensa influência no Brasil, tendo muitos críticos vinculados a ela. Em sua maioria críticos de orientação marxista, entre os quais se destacaram Astrogildo Pereira (1890-1965) e Nelson Werneck Sodré (1911-1999), para os quais o valor literário de uma obra resulta da eficácia com que o autor soube interpretar os ideais de sua classe e refletir o seu ambiente histórico, social e econômico. Nos últimos anos, a principal referência nessa linha foi Antonio Candido (1918-2017), que com sua obra *Formação da literatura brasileira* (1959) influenciou substancialmente os estudos literários no Brasil.

Em sua historiografia literária, que é hegemonicamente aceita e ensinada nas universidades brasileiras, Antonio Candido analisou a literatura enquanto um sistema constituído a partir dos conceitos de “autor”, “obra” e “público” – oriundos do idealismo alemão, de modo especial Schelling. Para Candido, a literatura é um processo dinâmico, um “fenômeno de civilização”, um sistema literário que é produzido em determinado contexto histórico e social, e que, em tal contexto, passa por certo processo de formação:

Para compreender em que sentido é tomada a palavra formação, e porque se qualificam de decisivos os momentos estudados, *convém principiar distinguindo manifestações literárias, de literatura, propriamente dita, considerada aqui um sistema de obras ligadas por denominadores comuns*, que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase. Estes denominadores são, além das características internas (língua, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização. Entre eles se distinguem: *a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem, traduzida em*

*estilos), que liga uns a outros.* O conjunto dos três elementos dá lugar a um tipo de comunicação inter-humana, a literatura, que aparece sob este ângulo como sistema simbólico, por meio do qual as veleidades mais profundas do indivíduo se transformam em elementos de contato entre os homens, e de interpretação das diferentes esferas da realidade. (...) É uma tradição, no sentido completo do termo, isto é, transmissão de algo entre os homens, é o conjunto de elementos transmitidos, formando padrões que se impõem ao pensamento ou ao comportamento, e aos quais somos obrigados a nos referir, para aceitar ou rejeitar. Sem esta tradição não há Literatura, como fenômeno de tradição (CANDIDO, 2000, p.25-26, grifos nossos).

Nessa perspectiva, os textos dos séculos XVI, XVII e parte do XVIII, seriam apenas manifestações literárias, pois não se enquadram na tríade conceitual “autor-obra-público”. Na época, não havia a ideia contemporânea de “direitos autorais”, nem publicações em série ou público leitor. No entanto, Candido faz a escolha de tomar esses conceitos como critérios sistematizadores da literatura, mesmo que eles não sejam observáveis em todas as épocas e lugares.

Além disso, ele identifica o início da literatura brasileira com o romantismo nacionalista do século XVIII, desconsiderando como literatura nacional tudo aquilo que faz menção ao Antigo Estado português, e valorizando os textos e autores que nutrem ideias nacionalistas e de independência. No entanto, tais critérios de estabelecimento do cânone brasileiro são questionáveis, afinal quem pode negar, por exemplo, a consistência literária de Vieira e de Gregório de Matos? Como demonstrar que ambos não ocuparam um espaço significativo no contexto histórico e social brasileiro?

Nesse sentido, com base nos fatos observados, é possível questionar a abordagem de Antonio Candido principalmente no que se refere a seus pressupostos metodológicos e conceituais, que, mesmo sendo critérios convencionados por ele, são tomados de forma absoluta, ignorando ou marginalizando, assim, os textos que não se enquadram nesses critérios.

Em contraposição à teoria de que a literatura seria uma manifestação fenomênica da vida política e social, e de que a crítica consistiria na interpretação de suas raízes e de seus elementos extraliterários, desencadeou-se um movimento a favor da compreensão da autonomia do fenômeno literário e de uma crítica estética fundada na análise da obra em si mesma e de seus elementos intrínsecos.

Essa reação teve como principal expoente Afrânio Coutinho, que, a partir de 1948, regressando dos Estados Unidos, questionou a velha crítica brasileira, na seção intitulada “Correntes Cruzadas” que instalou no Suplemento literário do *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, e, posteriormente, em obras como *Correntes Cruzadas* (1953), *Por uma crítica estética*

(1953), *Da crítica e da nova crítica* (1957), *Introdução à literatura no Brasil* (1959), bem como na história literária dirigida e organizada por ele, *A literatura no Brasil* (1955-1959), 4 volumes, na qual aplicou o critério estético à análise das obras e à periodização estilística. Afrânio Coutinho, ao conceituar a crítica literária, enfatiza sua autonomia, destacando suas relações com as demais ciências e formas de conhecimento, porém, sem reduzir-se a elas:

A crítica literária tem por meta o estudo da literatura, dos gêneros, mas não é um deles. Ela os estuda, sem se confundir com eles. Ela é uma atividade reflexiva, intelectual, da natureza da ciência, adotando um método rigoroso, tanto quanto o das ciências, mas de acordo com sua própria natureza, um método específico, para um objeto específico, o literário, a obra de arte da palavra. Não é uma atividade imaginativa, embora consinta o auxílio da imaginação; é uma atividade científica, sem usar os métodos das outras ciências (biológicas, físicas e naturais), nem se valer das suas leis ou conclusões; não é filosofia, mas recorre ao raciocínio lógico formal, para refletir sobre os fenômenos da arte da palavra (COUTINHO, 1978, p. 92).

Assim, essa contraposição liderada por Afrânio Coutinho visava à renovação dos métodos e processos da crítica literária, bem como à reforma dos costumes literário-acadêmicos. Sua postura provocou naturalmente reações e controvérsias, as quais evidenciaram a importância do problema que ele levantou e buscou enfrentar.

Diante desse cenário, marcado por uma bipolarização ideológica que orbita entre o pensamento de Antonio Candido e o de Afrânio Coutinho, outros críticos surgiram assumindo posicionamentos em função desses, seja para dar continuidade ou para contrapor-se.

De forma mais específica, no que se refere a Gregório de Matos, é possível igualmente elencar posicionamentos divergentes. Por exemplo, Haroldo de Campos e João Adolfo Hansen criticaram igualmente a classificação “manifestação literária” atribuída por Antonio Candido à literatura dos séculos XVI a XVIII. Porém, ambos discordaram ao posicionar-se sobre Gregório de Matos. Haroldo de Campos defende o barroco como estilo característico da América, e apresenta Gregório como iniciador da literatura brasileira. Em contrapartida, João Adolfo Hansen nega o termo barroco, criticando o anacronismo das críticas, e reconstituindo o contexto de produção poética do século XVII, marcado pela prescrição retórica rigidamente orientada.

Após essa contextualização panorâmica, é possível agora, tratar do texto de Alfredo Bosi, que nesse cenário ideológico aproxima-se da perspectiva de Antonio Candido, à medida que propõe uma análise sócio-política da literatura, tomando como viés interpretativo a filosofia marxista, com o método do materialismo-histórico-dialético.

## A ANÁLISE DA ANÁLISE: COMPREENDENDO O GREGÓRIO DE ALFREDO BOSI

A expressão “O Gregório de Alfredo Bosi”, utilizada neste artigo, pode parecer equivocada e reducionista. No entanto, esse aparente equívoco busca ser o reflexo daquilo que aqui se considera como igualmente equivocada análise de Bosi acerca de Gregório de Matos. Em outras palavras, a expressão “O Gregório de Alfredo Bosi” reduz o literato ao pensamento do crítico, remetendo, assim, à atitude reducionista que Bosi assume em seu texto *Do Antigo Estado à Máquina Mercante*, presente na obra *Dialética da Colonização*, publicada em 1992. Em tal texto, fica evidente a postura de um crítico que a partir do materialismo-histórico-dialético, utiliza-se de Gregório de Matos e Guerra apenas como objeto de análise a ser enquadrado nesse prisma ideológico, desenvolvendo assim um estereótipo do autor.

Já em 1970, na obra *História Concisa da Literatura Brasileira*, ao falar de Gregório de Matos, Bosi apresenta o que ele chama de “contrastes da produção literária de Gregório de Matos” como manifestações de uma dialética materialista:

Têm-se acentuado os contrastes da produção literária de Gregório de Matos: a sátira mais irreverente alterna com a contrição do poeta devoto; a obscenidade do "capadócio" (José Veríssimo) mal se casa com a pose idealista de alguns sonetos petrarquizantes. Mas essas contradições não devem intrigar quem conhece a ambiguidade da vida moral que servia de fundo à educação ibérico-jesuítica. O desejo de gozo e de riqueza são mascarados formalmente por uma retórica nobre e moralizante, mas afloram com toda brutalidade nas relações com as classes servis que delas saem mais aviltadas. Daí, o "populismo" chulo que irrompe às vezes e, longe de significar uma atitude antiaristocrática, nada mais é que válvula de escape para velhas obsessões sexuais ou arma para ferir os poderosos invejados. Conhecem-se as diatribes de Gregório contra algumas autoridades da colônia, mas também palavras de desprezo pelos mestiços e de cobiça pelas mulatas. A situação de "intelectual" branco não bastante prestigiado pelos maiores da terra ainda mais lhe pungia o amor-próprio e o levava a estiletar às cegas todas as classes da nova sociedade (BOSI, 1994, p. 37).

Nesse fragmento, já se percebe uma espécie de “presunção intelectual” à medida que o autor se vê em condições de identificar em Gregório um “populismo chulo”, que serve apenas como “válvula de escape para velhas obsessões sexuais ou arma para ferir os poderosos invejados”. Tal argumentação carece de fundamento histórico e textual, parecendo, na verdade, um “tribunal literário”, cujo réu é Gregório de Matos, o juiz é Bosi e os promotores são Marx e Freud.

Já no texto *Do Antigo Estado à Máquina Mercante*, que é o objeto dessa análise, Bosi demonstra, desde a epígrafe, a centralidade de sua opção ideológica: “A troca torna supérflua a gregariedade e a dissolve” (MARX apud BOSI, 2009, p. 94). Partindo dos pressupostos marxistas, o autor já explicita, com a epígrafe, que sua análise de Gregório enfatizará as relações econômicas – como a troca – que condicionam as relações sociais – como a gregariedade. Esse é justamente um princípio do materialismo histórico, segundo o qual a estrutura econômica é que condiciona e determina a superestrutura das ideias e valores de uma sociedade. Nesse sentido, já no início do texto de Bosi, percebe-se que sua centralidade não está no texto enquanto objeto estético, mas no posicionamento ideológico do crítico literário que o analisa.

Essa atitude de instrumentalização do texto literário em função de determinada perspectiva ideológica é mencionada por Northrop Frye em suas observações sobre a crítica literária, presentes na “Introdução polêmica” de sua obra *Anatomia da crítica*:

Parece-me que a crítica literária está agora no mesmo estado de indução ingênua que encontramos na ciência primitiva. Seus materiais, as obras-primas da literatura, ainda não são considerados como fenômenos a serem explicados em termos de uma estrutura conceitual que só a crítica detém. [...] é tempo de a crítica saltar para uma nova base da qual possa descobrir quais são as formas constitutivas ou continentes de sua estrutura conceitual (FRYE, 1973, p. 23).

A partir dessa constatação, Frye propõe uma crítica sistemática que parta da literatura – sem reproduzi-la mimeticamente – mas que descubra a partir do *corpus* textual a sugestão de uma teoria. Em outros termos, o texto deve ser o ponto de partida necessário de todo esforço crítico que pretenda ter consistência teórica.

Além de partir do texto, a crítica literária necessita considerar as condições históricas de tais textos. Nesse sentido, é bastante relevante a proposta de João Adolfo Hansen (1989, 2006), que, ao criticar os anacronismos cometidos em análises de textos dos séculos XVI, XVII e XVIII, propõe um “trabalho arqueológico” que compreenda as circunstâncias nas quais os textos foram produzidos, identificando assim seus instrumentais teóricos mais adequados para a análise.

Sob tal perspectiva, Hansen (2006) adverte que as abordagens historiográficas dessas “letras coloniais” devem remeter a “historicidade da história à materialidade contingente dos processos produtivos” (p. 15). Para ter acesso a essa historicidade, o pesquisador precisa considerar o contexto cultural da época:

(...) levar em conta as especificidades em que esses discursos foram produzidos, recebidos ou negados, sendo essas especificidades partes compositivas dos discursos. Trata-se aqui da concepção teológica do mundo, que sustentava a prática religiosa católica, fundamentava a política absolutista e alimentava a ética no Seiscentos. Trata-se também da instrução retórica e poética que sustentava as letras, definindo no período o que era um bom discurso. É que essa instrução era obtida e praticada pelos homens de letras por meio de mecanismos escolares igualmente fundados pelos mesmos análogos. Trata-se ainda da concepção providencialista da história, e demais contingências. É a coexistência operativa desses análogos que forma tal historicidade (CARVALHO, 2014, p. 98).

Em sua análise, Alfredo Bosi não considerou o contexto histórico em sua totalidade, mas apenas parcialmente. Seguindo a perspectiva do materialismo histórico, Bosi levou em conta somente os fenômenos sociais que tiveram implicações econômicas ou materiais, ignorando o contexto cultural que permeava a mentalidade da época e que constituía a visão de mundo do período.

Nesse sentido, Bosi utilizou-se do soneto *À Bahia* – atribuído a Gregório de Matos e Guerra – para apresentar uma contextualização histórica que remete ao próprio título de sua análise *Do Antigo Estado à Máquina Mercante*: a situação da Bahia, que anteriormente assistia ao crescimento dos engenhos e à consolidação de uma nobreza luso-baiana, e que passa a entrar em decadência na segunda metade do século XVII, com a abertura efetiva da barra de Salvador aos navios estrangeiros, cujo interesse mercantil descentralizou o sistema econômico dos senhores de engenho. Segundo Bosi, Gregório via como uma grande lástima a decadência dos negócios vinculados aos engenhos, visto que “sua família de antiga fidalguia lusa, e senhora de um engenho médio no Recôncavo, perdeu, como tantas outras, o sustento oficial irrestrito que a escudara nos primeiros decênios do século” (BOSI, 2009, p. 99).

Como mencionado anteriormente, Bosi parece considerar o contexto histórico apenas no que lhe convém, isto é, somente no que se refere às relações econômicas e de produção, que, na visão do materialismo-histórico-dialético – ao qual Bosi está vinculado – são fatores determinantes em qualquer sociedade. Seguindo tal perspectiva, o autor incide em um anacronismo conceitual, utilizando conceitos específicos de ideologias do século XIX e XX, para analisar textos do século XVII, que historicamente estavam inseridos em um contexto ideológico e cultural substancialmente distinto.

Essa obstinação de submeter os textos literários a conceitos pré-determinados, que são estranhos à época em que os textos foram produzidos, fica evidente quando Alfredo Bosi atribui a Gregório de Matos o conceito gramsciano de “intelectual tradicional”.



Para o teórico marxista Antônio Gramsci, os intelectuais não são uma mera categoria abstrata ou indivíduos independentes, mas são parte integrante das relações sociais, tendo a função de representar os interesses da classe social a que pertencem. Em outras palavras, todo grupo social – que, para Gramsci, nasce “no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica” (GRAMSCI, 2001, p. 15) – cria para si próprio “uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político” (GRAMSCI, 2001, p. 15). Sob essa perspectiva, Gramsci define os “intelectuais tradicionais” como sendo os intelectuais vinculados aos grupos sociais dominantes em contextos socioeconômicos específicos do desenvolvimento histórico. Assim, os intelectuais tradicionais seriam aqueles que representam uma “continuidade histórica”, resistindo ininterruptamente às mais diversas transformações, sendo os eclesiásticos o principal exemplo de tal categoria:

Todo grupo social “essencial” (...) emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou (...) categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. A mais típica destas categorias intelectuais é a dos eclesiásticos, que monopolizaram durante muito tempo (...) alguns serviços importantes: a ideologia religiosa, isto é, a filosofia e a ciência da época, com a escola, a instrução, a moral, a justiça, a beneficência, a assistência, etc (GRAMSCI, 2001, p. 16).

Ao atribuir a Gregório de Matos o conceito gramsciano de “intelectual tradicional”, Alfredo Bosi certamente está considerando as características vinculadas a essa noção, como a continuidade histórica, a vinculação aos interesses da classe dominante, e a ampliação do conflito de classes também para o campo ideológico ou cultural.

Assim, Bosi utiliza-se de um conceito de perspectiva marxista, cujo significado se realiza em um contexto de conflitos de classes, e o aplica anacronicamente a Gregório de Matos e Guerra, que vivia em uma época na qual a sociedade não estava organizada propriamente em classes. Essa discrepância cronológica e contextual é consequência da opção do crítico de tomar como referencial absoluto o materialismo-histórico-dialético, em detrimento do texto literário e de seu contexto de produção, como pode ser constatado:

A tendência do letrado tradicional é, na época barroca, a de uma divisão existencial: a relação com a estrutura social fica cindida entre a auto-identificação com um tipo humano considerado ideal (o *nobre*, o *chevalier*, o *gentleman*, o *honnête homme*, o

*hidalgo, o discreto, o cortigiano ou galantuomo, o nosso colonial homem bom*) e a repulsa ao vil cotidiano dos outros homens cujas necessidades e interesses se descrevem com o mais cru naturalismo confinante quase sempre com a barbárie (BOSI, 2009, p. 100).

Com essa conceituação anacrônica, que vê em Gregório de Matos “uma divisão existencial”, o autor ratifica seu posicionamento já assumido em sua *História concisa da literatura brasileira*, na qual menciona a ambiguidade da vida moral de Gregório: “O desejo de gozo e de riqueza são mascarados formalmente por uma retórica nobre e moralizante, mas afloram com toda brutalidade nas relações com as classes servis que delas saem mais aviltadas” (BOSI, 1994, p. 37).

Buscando compreender esse anacronismo conceitual de Bosi, pode-se colocar como provável justificativa a sua “fidelidade ideológica”, visto que a mentalidade marxista possui como tese basilar uma espécie de “onipresença histórica” dos conflitos de classes, já afirmada nas primeiras palavras do *Manifesto comunista*: “A história de todas as sociedades até aqui é a história de lutas de classes.” (MARX; ENGELS, 1997, p. 29). E é nisso que consiste o materialismo dialético: o fato de que todo momento histórico gera em seu seio a contradição entre opressores e oprimidos.

Portanto, a atitude do crítico literário Alfredo Bosi, antes de tudo, é a atitude de um ideólogo que leva até as últimas consequências a sua argumentação. Assim, com tamanha “fidelidade ideológica”, que o impede de ver seus anacronismos conceituais, Bosi identifica Gregório de Matos como um aristocrata em dificuldades financeiras que defende o estamento, enquanto sistema de organização social estático, ou seja, sem a possibilidade de ascensão social de um grupo para outro: “O que machuca os brios de Gregório é, acima de tudo, ver a pretensão do vendeiro (afinal realizada) de ocupar aqueles postos de caráter honorífico secularmente reservados aos ‘homens bons’.” (BOSI, 2009, p. 102).

Tendo Bosi construído tal arquétipo, quase que, por consequência lógica, Gregório passa a ser irresponsavelmente visto como racista (devido a suas referências aos negros e mestiços) e antissemita (por suas críticas aos mercadores judeus). E esse posicionamento, segundo o crítico, ocorre devido à posição social de Gregório e seu afã pelo “dinheiro” e pelo “prestígio”: “O preconceito de cor e de raça irrompe, cruel, quando surge algum risco de concorrência na luta pelo dinheiro e pelo prestígio. O que era latente e difuso torna-se patente e localizado.” (BOSI, 2009, p. 106). Aqui, nas próprias terminologias “dinheiro” e “prestígio” constata-se uma projeção anacrônica da visão capitalista, lançando-a sobre o contexto do século

XVII. Enquadrado anacronicamente nos moldes do capitalismo, Gregório é reduzido a um “preconceituoso” que age de tal modo para se manter rico e com reconhecimento social, principalmente diante da “concorrência ameaçadora” que os mestiços representavam, segundo Bosi: “o cúmulo do absurdo acontecia nessa triste cidade onde mestiços forros, agregando-se a famílias abandonadas, ou conquistando postos no Fórum e na Sé, recebiam afinal deferência que a ele, branco, nobre e douto, eram recusadas!” (BOSI, 2009, p. 106).

É interessante observar que o crítico parece assumir uma tendência biografista ou psicologizante – que condiciona a obra à vida do autor. Essa atitude por si só já é questionável, visto que não se pode identificar necessariamente uma relação de causa e efeito entre fatos biográficos e a obra de um autor. Contudo, aplicada a Gregório de Matos, tal postura torna-se ainda mais inconsistente, uma vez que há mais dúvidas que certezas em torno da vida e da obra desse poeta do século XVII, de tal modo que seria problemático estabelecer um nexo entre o autor e as obras que lhe são atribuídas, como destaca Marcello Moreira:

(...) a tradição crítica, em nosso país, sempre sujeitou a produção poética seiscentista e setecentista brasileira (...) ao poeta Gregório de Matos e Guerra, embora a (...) atribuição haja sido baseada em elementos informativos escassos e de valor duvidoso, como sejam a aposição de um nome (Gregório de Matos e Guerra) à página de rosto dos códices em que foi coligido o conjunto da poesia seiscentista e setecentista baiana e a comprovada – documentalmente – existência histórica de um Doutor Gregório de Matos e Guerra (MOREIRA, 2004, p. 1-2).

Dando continuidade à estereotipação, Bosi acentua o suposto preconceito ao negro vinculando-o à figura feminina. Deste modo, segundo ele, a mulher negra e a mestiça são vistas por Gregório de Matos como objeto de atração e de repulsa, de luxúria e de desprezo. Em contrapartida, a mulher branca seria “a mulher para casar”, tema de uma poética refinada, na qual os impulsos eróticos são decantados e sublimados. Novamente, vê-se a perspectiva do materialismo dialético e sua “onipresença” dos conflitos, nos mais diversos âmbitos: “A dignificação ou o aviltamento da mulher tem cor e tem classe neste poeta arraigado em nossa vida colonial e escravista” (BOSI, 2009, p. 109).

Até mesmo na poesia dita “sacra” de Gregório de Matos, Bosi observa uma dicotomia, à qual ele atribui o título de “Deus Bifronte”: de um lado, Deus seria o sustento de uma consciência moral; e, por outro lado, seria uma via mística e transcendente.

Tal dicotomia religiosa também se originaria dos conflitos socioeconômicos, como é próprio da perspectiva do materialismo-histórico: “O homem de letras criado na *forma mentis*

da Contra-Reforma enfrenta a maré mercantil internacional que ascende” (BOSI, 2009, p. 115). Para Bosi, Gregório teria se deparado com a contradição entre o necessário ordenamento social e as transformações pujantes: “A visão de um corpo social bem-ordenado, que os estamentos ibéricos ensinam ao Gregório estudante (...), não se ajusta harmoniosamente à rapidez brutal com que se dão na inculta colônia as mudanças de fortuna e de estado” (BOSI, 2009, p. 115). Em tal contexto de transformações, a única forma de resistência, segundo o crítico, seria por meio de um discurso moralizante: “O modo único de resistir é maldizer, é moralizar, é repetir a cada um que é pó, e a pó reverterá, é convocar para o aqui-e-agora o dia do julgamento.” (BOSI, 2009, p. 115). Atitude esta que teria acentuado a referida dicotomia, pois “desde que o temor ao castigo é mais forte do que a vontade do Bem, bloqueia-se a via amorosa mística, e só resta o moralismo ou o terror” (BOSI, 2009, p. 115).

Essas “duas faces” de Deus, sugestionadas por Bosi, são, antes de tudo, a tentativa de explicar uma visão de mundo marcada pela “onipresença” dos conflitos dialéticos, nos mais diversos âmbitos; e cuja origem materialista remonta a questões relacionadas aos meios de produção e ao desenvolvimento socioeconômico. Como já mencionado, é mais uma consequência da utilização do texto literário como instrumento para justificar a aplicação de um modelo teórico.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos aspectos mencionados da análise de Gregório de Matos desenvolvida por Alfredo Bosi no texto *Do Antigo Estado à Máquina Mercante*, observa-se que o referido crítico literário não tomou como ponto de partida o autor, seus textos e o contexto nos quais estavam inseridos; mas sim uma opção ideológica ou teórica, a partir da qual aplicou aos textos conceitos relacionados ao materialismo-histórico-dialético.

Tal atitude carece de precisão terminológica e metodológica, visto que seria muito mais plausível, em termos investigativos, que se tomasse como ponto de partida o texto enquanto objeto estético – e obviamente também seu contexto – e, a partir dele se encontrasse o viés teórico que melhor explicasse seus elementos textuais e extratextuais. No entanto, o que se constata é que a pesquisa acadêmica e a crítica literária muitas vezes são instrumentalizadas como “campo de batalha ideológica”, em que o pesquisador ou crítico já possui “sua bandeira” e “suas armas” e não abre mão delas, mesmo diante das mais contundentes evidências históricas

– que, para serem desacreditadas e relativizadas, são relegadas ao campo da mera interpretação ideológica.

Diferentemente disso, a pesquisa acadêmica e a crítica literária deveriam ser vistas como um percurso a ser realizado, de modo que, ao longo do trajeto, é que se constatarem quais instrumentos serão necessários para trilhar tal caminho. Obviamente, para isso, seria necessário tocar em questões epistemológicas profundas que, inevitavelmente, destronariam o relativismo contemporâneo, gerando, aqui sim, intensos “conflitos” teóricos, que a sociedade atual, por conveniência, classifica como desnecessários e ultrapassados.

## REFERÊNCIAS

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. 41. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

\_\_\_\_\_. Do antigo Estado à Máquina Mercante. In: \_\_\_\_\_. **Dialética da Colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 94-118.

CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 6. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000. vol 1.

CARVALHO, M. S. F. Contra a agudeza. **Floema. Caderno de Teoria e História Literária**. Vitória da Conquista, ano VIII, n. 10, p. 91-112, jan./jun. 2014.

COUTINHO, A. **Notas de teoria literária**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FRYE, N. Introdução polêmica. In: \_\_\_\_\_. **A anatomia da crítica**. Trad. Péricles Eugênio da Silva Ramos. Cultrix: São Paulo, 1973. p. 11-36.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

HANSEN, J. A. **A sátira e o Engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII**. São Paulo: Companhia das Letras/ Secretaria do Estado de Cultura, 1989.

\_\_\_\_\_. Letras coloniais e historiografia literária. **Matraga**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 13-44, jan./jun. 2006.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. Trad. José Barata-Moura. 2. ed. São Paulo: Avante, 1997.

MOREIRA, Marcelo. **Teorias editoriais e a produção de uma edição hipertextual da tradição de Gregório de Matos e Guerra**. Texto apresentado no I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2004.